

“Igreja dos Pobres” Uma nota eclesiológica fundamental

“Church of the Poor” A fundamental ecclesiological mark

Francisco de Aquino Júnior

Resumo

O artigo pretende mostrar como a insistência do Papa Francisco na centralidade dos pobres e marginalizados e da humanidade sofredora em geral na Igreja não é algo conjuntural nem secundário, mas algo constitutivo e determinante de sua identidade. É uma dimensão e uma verdades fundamentais da fé cristã. É uma questão tanto de ortopraxis eclesial quanto de ortodoxia teológica. E por esta razão deve ser tomado como uma “nota” fundamental da Igreja. Para isto, esboçaremos a problemática do mistério da Igreja e sua formulação em termos de “notas” eclesiológicas e mostraremos em que sentido o “ser dos pobres” constitui “uma nota eclesiológica fundamental”. Tão fundamental quanto as clássicas “notas” que aparecem no símbolo niceno-constantinopolitano (una, santa, católica, apostólica), embora sua formulação em termos dogmáticos seja recente e careça ainda de maiores desenvolvimentos e elaborações.

Palavras-chave: Eclesiologia. Igreja dos pobres. Nota eclesial. Papa Francisco. Reino de Deus.

Abstract

The article intends to show how the insistence of Pope Francis on the centrality of the poor and marginalized and of suffering humanity in general

is not something coincidental or secondary in the Church, but something constitutive and determinant of its identity. It is a fundamental dimension and truth of Christian faith. This is a question as much of ecclesial orthopraxy as of theological orthodoxy. And for this reason it ought to be taken as a fundamental “mark” of the Church. For this, we will outline the problematic of the mystery of the Church and its formulation in terms of ecclesiological “marks” and demonstrate in which sense “being of the poor” constitutes “a fundamental ecclesiological mark.” It is as foundational as the classical “marks” that appear in the Nicene-Constantinopolitan formula (one, holy, catholic, apostolic), although its formulation in dogmatic terms may be recent and in need of major development and elaboration.

Keywords: Ecclesiology. Church of the poor. Ecclesial mark. Pope Francis. Kingdom of God.

Introdução

A característica mais importante e mais determinante do ministério pastoral de Francisco como bispo de Roma é sua insistência teológico-pastoral na centralidade, na vida e missão da Igreja, dos pobres e marginalizados e todas as pessoas que sofrem. Eles estão no coração da Igreja e marcam radical e definitivamente sua identidade e sua missão no mundo. A tal ponto que ela se constitui como “Igreja pobre para pobres” ou “Igreja em saída para as periferias”. Embora não esgote o mistério da Igreja, o ser “dos pobres” ou a “opção pelos pobres” ou o compromisso com os pobres ou o movimento de saída para as periferias, é de tal modo constitutivo da Igreja que sem isso ela deixa de ser Igreja de Jesus Cristo – sinal e instrumento de salvação ou do reinado de Deus neste mundo.

Não é preciso mostrar como isso aparece no ministério pastoral de Francisco em seus discursos, em seus gestos e em suas orientações. É algo tão frequente, tão público e tão impactante que pode ser constatado e reconhecido sem dificuldade nem necessidade de maiores demonstrações e justificações. Nem é preciso advertir que o tema em questão não esgota o mistério da Igreja. Que o ser “dos pobres” seja uma característica ou uma nota fundamental da Igreja, não significa que esgote o mistério da Igreja. Neste sentido, nossa reflexão deve ser tomada como um tópico fundamental de eclesiologia:

fundamental por tratar de algo que marca constitutiva e radicalmente o mistério da Igreja em sua totalidade; *tópico* por se tratar algo que nem esgota o mistério da Igreja nem pode ser considerado de modo ab-soluto, isto é, separado e/ou independente da realidade total da Igreja.

Nossa pretensão, aqui, é muito mais modesta e pontual. Queremos simplesmente mostrar como essa insistência de Francisco na centralidade dos pobres e marginalizados e da humanidade sofredora em geral, na Igreja, não é algo conjuntural nem secundário, mas algo constitutivo e determinante de sua identidade. E por esta razão deve ser tomado teológica e pastoralmente como uma “nota” fundamental da Igreja. Uma verdade de fé (ortodoxia) a ser verificada ou feita verdade na vida e missão da Igreja (ortopraxis). Trata-se, portanto, de uma abordagem sistemático-dogmática do tema que consiste em explicitar o caráter dogmático dessa verdade de fé e situá-lo no horizonte mais amplo do mistério da Igreja como um tópico fundamental de eclesiologia.

Para isto, esboçaremos a problemática do mistério da Igreja e sua formulação em termos de “notas” eclesiológicas e mostraremos em que sentido o “ser dos pobres” deve ser tomado teológica e pastoralmente como uma “nota” fundamental da Igreja de Jesus Cristo, isto é, como “uma nota eclesiológica fundamental”.

1. Problemática eclesiológica e sua formulação em termos de *notas* eclesiais

Enquanto abordagem teológico-sistemática da Igreja, a eclesiologia é algo relativamente recente na teologia e tem uma história muito complexa e controvertida.¹ É claro que a Igreja sempre se confrontou com a problemática de sua identidade e sempre desenvolveu formas de expressar narrativa e/ou conceitualmente a imagem e compreensão que tinha de si mesma. Porém

¹ Cf. FRIES, H. “Modificação e evolução histórico-dogmática da imagem da Igreja”. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. *Mysterium salutis IV/2*. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 5-59; CODINA, V. *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1993; VELASCO, R. *A Igreja de Jesus: Processo histórico da consciência eclesial*. Petrópolis: Vozes, 1996; HAIGHT, R. *A comunidade cristã na história: Eclesiologia histórica*. Vol. 1. São Paulo: Paulinas, 2012; HAIGHT, R. *A comunidade cristã na história: Eclesiologia comparada*. Vol. 2. São Paulo: Paulinas, 2012; KEHL, M. *A Igreja: Uma eclesiologia católica*. São Paulo: Loyola, 1997, pp. 22-35; PIÉ-NINOT, S. *Introdução à eclesiologia*. São Paulo: Loyola, 1998, pp. 13-26; KASPER, W. *A Igreja católica: Essência, realidade, missão*. São Leopoldo: UNISINOS, 2012, pp. 98-106.

nem na Escritura nem na Patrística nem sequer na Alta Idade Média encontra-se uma abordagem ou um tratado sistemático sobre a Igreja. As reflexões e afirmações sobre a Igreja encontram-se dispersas nos vários escritos, temas e tratados desenvolvidos pelos pastores e/ou teólogos. Mais que tema de um tratado teológico, a Igreja aparece aí como *locus* de toda teologia. Mais que de eclesiologia em sentido estrito, deve-se falar aqui da eclesialidade de toda teologia.

Só no contexto das controvérsias com o conciliarismo na Idade Média Tardia e, sobretudo, com a Reforma no início da modernidade é que vai se desenvolvendo e se consolidando uma reflexão mais sistemática sobre a Igreja. Não obstante alguns esboços eclesiológicos desenvolvidos nos séculos XIV e XV, a começar pela obra de Tiago de Viterbo *De regimine christiano* (1301-1302), “o tratado *De vera ecclesia* só é elaborado no século XVI e se consolida, se desenvolve e se transforma incessantemente por diversos séculos até ser relançado pelo Concílio Vaticano I em 1870”.²

O caráter polêmico-apologético dessa reflexão, sua concentração no poder hierárquico, sobretudo romano, e sua índole marcadamente jurídica foram desenvolvendo e impondo uma compreensão reducionista da Igreja que, em muitos casos, acabou reduzindo a “eclesiologia” a uma espécie de “hierarcologia”, para usar a expressão clássica de Congar.³ E isso terá muitas consequências no desenvolvimento da eclesiologia. Como bem afirma Victor Codina, “toda a eclesiologia do futuro estará marcada por esta origem dos primeiros tratados: será uma eclesiologia centrada no papa e na hierarquia, com acento fortemente jurídico, hierárquico, apologético”.⁴

Todavia é verdade também, como adverte Kasper, que “a teologia da controvérsia não reflete toda a vida da Igreja daquela época”.⁵ Nem na teologia nem muito menos na espiritualidade. A ênfase e concentração na institucionalidade visível da Igreja e em suas estruturas de poder, não obstante os reducionismos eclesiológicos que produziram, não fizeram desaparecer completamente do horizonte de autocompreensão da Igreja sua dimensão espiritual. E isso vai ressurgir com muita força no século XIX e, sobretudo, no século XX. Nesse período vai se desenvolvendo um lento, tenso e progressivo processo de renovação teológico-eclesiológica que se enraíza nos movimentos

² PIÉ-NINOT, S. *Introdução à eclesiologia*, p. 16.

³ Cf. CONGAR, Y. *Jalons pour une théologie du laïcat*. Paris: Cerf, 1953, p. 74.

⁴ CODINA, V. *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*, p. 96.

⁵ KASPER, W. *A Igreja católica*, p. 101.

bíblico, patrístico, litúrgico e laical e atinge seu auge e se consolida no Concílio Vaticano II: um Concílio marcadamente eclesiológico; um Concílio que supera os reducionismos da eclesiologia de controvérsia até então hegemônica e que alarga os horizontes de compreensão da Igreja; e um Concílio que abre um novo capítulo na história da eclesiologia e desperta um renovado interesse por essa temática.

Uma das formas ou vias privilegiadas no desenvolvimento dos tratados sobre a Igreja que é retomada pelo Concílio (Cf. *LG* 8)⁶ e que continua muito presente na eclesiologia pós-conciliar é o que se convencionou chamar *via notarum* (via das notas), desenvolvida, sobretudo, a partir do símbolo niceno-constantinopolitano (381): “Igreja una, santa, católica e apostólica” (*DH* 150).⁷ A história dessa via eclesiológica é muito complexa tanto do ponto de vista semântico, quanto do ponto de vista de sua determinação, quanto, sobretudo, do ponto de vista de sua compreensão e de seu uso.⁸ E não vamos entrar nessa problemática. Aqui, interessa-nos simplesmente tomá-la como uma das formas possíveis de desenvolver uma reflexão sistemática sobre a Igreja e uma forma que, por estar tomada do Símbolo da Fé e pela importância que adquiriu na história da eclesiologia, tem uma relevância e um peso muito grande na reflexão sistemático-dogmática sobre a Igreja.

Para além do uso polêmico-apologético dessa via na história da eclesiologia, ela tem a vantagem de situar e considerar a Igreja no contexto da história da salvação como fruto do Espírito e de indicar algumas de suas propriedades ou características fundamentais. De fato, a Igreja aparece no terceiro artigo do Símbolo da Fé (“Creio no Espírito Santo”) e aparece como fruto do Espírito (“Igreja una, santa, católica e apostólica”). Essas notas foram tomadas como características, propriedades, adjetivos ou dimensões fundamentais da Igreja que, em sua íntima conexão e interdependência,

⁶ VATICANO II. “Lumen Gentium”. In: VATICANO II. *Mensagens, discursos, documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007. De ora em diante este documento será citado como LG.

⁷ DENZINGER, H.; HÜNERMANN, P. *El magisterio de la Iglesia: Enchiridion symbolorum definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*. Barcelona: Herder, 2000. De ora em diante este documento será citado como DH.

⁸ Cf. CONGAR, Y.; RASSANO, P. “Propriedades essenciais da Igreja”. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. *Mysterium salutis IV/3*. Petrópolis: Vozes, 1976, pp. 5-212; MOLTSMANN, J. *A Igreja no poder do Espírito*. Santo André: Academia Cristã, 2013, pp. 423-452; KEHL, M. *A Igreja*, pp. 117-122; PIÉ-NINOT, S. *Introdução à eclesiologia*, pp. 75-97; RAUSCH, T. *Rumo a uma Igreja verdadeiramente católica*. São Paulo: Loyola, 2008, pp. 155-176; KASPER, W. *A Igreja católica*, pp. 203-255.

constituem e permitem reconhecer a Igreja de Jesus Cristo. Nas palavras de Kasper: “No fundo, essas quatro propriedades essenciais são idênticas com a essência da Igreja; elas expressam concretamente a essência da Igreja sob quatro aspectos diferentes”. E “são mantidas por todas as Igrejas tradicionais”, constituindo, assim, “uma ampla base comum” eclesiológica, sem desconsiderar as “diferenças confessionais específicas na compreensão de Igreja”.⁹

Em todo caso, é claro que um Símbolo da Fé¹⁰ não é nem pode ser tomado como um tratado ou um estudo sistemático sobre a Igreja. Menos ainda um artigo do Símbolo. Os Símbolos são breves resumos ou sumários da fé com função e caráter pedagógicos no processo de iniciação cristã (uso catequético-litúrgico). Resumos ou sumários que, ao serem assumidos e promulgados solenemente em concílios, gozam de particular autoridade e institucionalidade na Igreja e desempenham um papel determinante na reflexão teológica (uso teológico-dogmático). Mas em hipótese alguma devem ser tomados como um tratado ou um estudo sistemático sobre a Igreja.

Daí que, se é legítimo e até necessário refletir sobre a Igreja a partir do Símbolo da Fé, concretamente do artigo que trata de modo explícito da Igreja, como tem feito a eclesiologia desde a sua origem aos dias atuais, é também legítimo e necessário ampliar e aprofundar a reflexão sobre a Igreja para além (não em contradição!) do que aparece explicitamente no Símbolo da Fé. Nem a via das notas é a única via de desenvolvimento da eclesiologia nem as quatro notas que aparecem no Símbolo esgotam o mistério da Igreja, como se pode comprovar tanto nos tratados clássicos quanto nas obras mais recentes de eclesiologia.

Neste sentido, é razoável e legítimo falar do ser “dos pobres” como uma nota eclesiológica fundamental. É verdade que isso não aparece no Símbolo da Fé e por essa razão alguém poderia objetar não ser legítimo conferir-lhe o mesmo estatuto teológico-dogmático das chamadas notas eclesiológicas. Contudo é verdade também que esse é um dado fundamental da revelação e da fé, como se pode comprovar na Escritura e em toda a Tradição da Igreja, e um dado cada vez mais reconhecido e formulado em termos dogmáticos tanto pelo magistério quanto pela teologia. Isso nos permite falar de “Igreja dos pobres” em termos de “nota eclesiológica”, conferindo ao “ser dos pobres” o

⁹ KASPER, W. *A Igreja católica*, p. 203.

¹⁰ Cf. BARREIRO, A. “*Povo santo e pecador*”: A Igreja questionada e acreditada. São Paulo: Loyola, 1994, pp. 61-65.

mesmo estatuto teológico-dogmático das clássicas notas eclesiológicas. É o que tentaremos demonstrar e justificar no item seguinte.

2. Ser dos pobres como nota eclesiológica fundamental

Embora a expressão “Igreja dos pobres” seja recente na Igreja e sua elaboração em termos dogmáticos ainda não tenha alcançado um desenvolvimento teológico adequado e satisfatório, recolhe, conserva e transmite uma dimensão e/ou uma verdade fundamental da fé cristã, sem a qual o todo da fé ficaria gravemente comprometido, quando não radicalmente desfigurado.

No esforço de explicitar e justificar esse dado ou essa verdade fundamental da fé cristã: 1) faremos uma breve referência ao surgimento, uso e desenvolvimento da expressão “Igreja dos pobres” e indicaremos algumas expressões correlatas; 2) mostraremos como ela remete a e atualiza um dado fundamental da fé presente em toda a Tradição da Igreja, ainda que formulado normalmente em linguagem espiritual-pastoral; e, 3) formularemos/esboçaremos seu conteúdo teológico-dogmático em termos de “nota eclesiológica fundamental”.

2.1 A expressão “Igreja dos pobres”

A expressão “Igreja dos pobres” remonta à mensagem do papa João XXIII ao mundo no dia 11 de setembro de 1962 – um mês antes da abertura do Concílio Vaticano II. Falando de Cristo como luz do mundo e da missão da Igreja de irradiar essa luz em um mundo que “enfrenta graves problemas”, o papa diz que a Igreja tem se voltado para esses problemas e que o Concílio “poderá chegar a propostas de solução [...] com base na dignidade do ser humano e em sua vocação cristã”. E passa a destacar alguns pontos importantes: “igualdade fundamental de todos os povos”, “caráter sagrado do matrimônio”, “responsabilidades sociais”, necessidade de uma “palavra corajosa e generosa” frente ao indiferentismo religioso e ao ateísmo. E, de modo surpreendente e inesperado, apresenta o que qualifica como “outro ponto luminoso”: “Pensando nos países subdesenvolvidos, a Igreja se apresenta e quer ser a Igreja de todos e, em particular, a *Igreja dos pobres*”¹¹ (grifo nosso).

¹¹ JOÃO XXIII. “Mensagem radiofônica a todos os fiéis católicos, a um mês da abertura do Concílio”. In: VATICANO II. *Mensagens, discursos e documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007, pp. 20-26.

Gustavo Gutiérrez chamou atenção para a densidade dessa afirmação, destacando três aspectos fundamentais.¹² Em primeiro lugar, “o papa situa a Igreja em relação aos países pobres”, tratados não mais como países “em via de desenvolvimento”, como na *Mater et Magistra*, mas como “países subdesenvolvidos”.¹³ É o mistério mesmo da Igreja (libertação em Cristo, proximidade do reino de Deus), que é pensado em sua relação essencial com os pobres. Em segundo lugar, ele “estabelece os termos de uma relação importante”: “Igreja de todos” (universalidade da missão) – “Igreja dos pobres” (particularidade, predileção). “Essa dialética entre universalidade e particularidade é capital para compreender a mensagem cristã e o que Deus se revela nela”.¹⁴ Por fim, em terceiro lugar, “João XXIII apresenta esse modo de ver a Igreja como uma realidade em processo”. Ela “é e quer ser”. Noutras palavras, “nem tudo está feito. A Igreja ainda não é tudo o que deveria ser, há um trajeto histórico a empreender”.¹⁵ Trata-se, aqui, de “um texto breve, mas no qual cada palavra é importante. Sua sobriedade e modéstia não devem fazer-nos esquecer seu caráter de fonte”.¹⁶

E, de fato, ele desempenhou um papel de fonte de um movimento eclesial extremamente importante que se articulou no Concílio e se consolidou na América Latina. São bastante referidas e comentadas a articulação e atuação proféticas de um grupo de padres conciliares em torno da problemática da relação entre Jesus, a Igreja e os pobres. Esse grupo de padres, que teve como um de seus principais articuladores Dom Helder Câmara, ficou conhecido como “Igreja dos pobres” e se tornou um lugar privilegiado de reflexão e articulação sobre a relação essencial entre o mistério da Igreja e os pobres e fonte de inspiração de muitas intervenções nas aulas conciliares.¹⁷

¹² Cf. GUTIÉRREZ, G. “O Concílio Vaticano II na América Latina”. In: BEOZZO, J. O. (Org.). *O Vaticano II e a Igreja Latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1985, pp. 28-31.

¹³ GUTIÉRREZ, G. “O Concílio Vaticano II na América Latina”, p. 29.

¹⁴ GUTIÉRREZ, G. “O Concílio Vaticano II na América Latina”, p. 30.

¹⁵ GUTIÉRREZ, G. “O Concílio Vaticano II na América Latina”, p. 30.

¹⁶ GUTIÉRREZ, G. “O Concílio Vaticano II na América Latina”, p. 30.

¹⁷ Cf. GAUTHIER, P. *O Concílio e a Igreja dos pobres*: “Consolai meu povo”. Petrópolis: Vozes, 1967; GAUTHIER, P. *O Evangelho da justiça*. Petrópolis: Vozes, 1969; PELLETIER, D. “Une marginalité engagée: Le groupe ‘Jésus, l’Église et les pauvres’”. In: LAMBERIGTS, M.; SOETENS, Cl.; GROOTAERS (Éds.). *Les commissions conciliaires à Vatican II*. Leuven: Bibliotheek van de Faculteit Godgeleerdheid, 1996, pp. 63-89; ALBERIGO, G. *Breve história do Concílio Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2006, pp. 39s, 56s, 62, 132s, 191s; BEOZZO, J. O. “Presença e atuação dos bispos brasileiros no Vaticano II”. In: LOPES GONÇALVES, P. S.; BOMBONATTO, V. I. (Orgs). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo:

Embora exercendo uma pressão espiritual e profética significativa sobre muitos padres conciliares, o grupo permaneceu sempre à margem do Concílio e sua repercussão nos documentos aprovados foi muito tímida (Cf. *LG* 8; *AG* 3, 5, 12; *GS* 1, 27, 88).¹⁸ A expressão “Igreja dos pobres” não aparece uma única vez nos documentos conciliares. Em todo caso, o grupo recuperou e visibilizou a um aspecto essencial e primordial da revelação e da fé cristãs e pôs em marcha um processo de renovação eclesial a partir e em vista da relação essencial e primordial da Igreja com os pobres, começando pelo compromisso assumido pelos membros do grupo em sua vida e ação pastoral no chamado *Pacto das catacumbas*,¹⁹ celebrado no dia 16 de novembro de 1965.

É na Igreja da América Latina, com a Conferência de Medellín (1968),²⁰ que a “Igreja dos pobres” vai ganhando corpo e se consolidando e, a partir daí, vai se impondo no conjunto da Igreja. O tema vai se tornar central nessa Conferência. Além de ser abordado em um documento específico (pobreza da Igreja), perpassa o conjunto dos documentos. E determinará os rumos da Igreja no Continente. Porém, sobretudo a partir de Puebla (1979),²¹ será cada vez mais formulado em termos de “opção preferencial pelos pobres”, embora a expressão “Igreja dos pobres” não tenha desaparecido da linguagem eclesial²² e ambas as formulações sejam tomadas como expressões correlatas

Paulinas, 2004, pp. 147-150; CHENU, M. D. “A Igreja e os pobres no Vaticano II”. *Concilium* 124 (1977), pp. 61-66; GUTIÉRREZ, G. “O Concílio Vaticano II na América Latina”, pp. 27-33; BARREIRO, A. *Os pobres e o Reino: Do Evangelho a João Paulo II*. São Paulo: Loyola, 1983, pp. 135-138; VIGIL, J. M. *Vivendo o Concílio*. Guia para a animação conciliar da comunidade cristã. São Paulo: Paulinas, 1987, pp. 164-170.

¹⁸ VATICANO II. “Ad gentes”. In: VATICANO II. *Mensagens, discursos, documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007. De ora em diante este documento será citado como AG; VATICANO II. “Gaudium et spes”. In: VATICANO II. *Mensagens, discursos, documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007. De ora em diante este documento será citado como GS.

¹⁹ Cf. BEOZZO, J. O. *Pacto das Catacumbas: Por uma Igreja servidora e pobre*. São Paulo: Paulinas, 2015.

²⁰ CELAM. *Conclusões de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1987. De ora em diante este documento será citado como Conferência de Medellín.

²¹ CELAM. *Conclusões da Conferência de Puebla: Texto Oficial*. São Paulo: Paulinas, 1979. De ora em diante este documento será citado como Puebla.

²² Cf. ELLACURIA, I. “Las bienaventuranzas, carta fundacional de la Iglesia de los pobres”. In: ELLACURIA, I. *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, pp. 417-437; ELLACURIA, I. “El auténtico lugar social de la Iglesia”. In: ELLACURIA, I. *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, pp. 439-451; ELLACURIA, I. “La Iglesia de los pobres, sacramento histórico de liberación”. In: ELLACURIA, I. *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, pp. 453-485; ELLACURIA, I. “Notas teológicas sobre religiosidad popular”. In: ELLACURIA, I. *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, pp. 487-498; SOBRINO,

ou equivalentes. A Conferência de Aparecida chega a afirmar que “a opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (Aparecida, 391).²³ E a partir daqui vai se impondo e sendo assumida pelo conjunto da Igreja como uma de suas características fundamentais.

Já em sua primeira viagem ao Brasil, em 1980, o papa João Paulo II, na visita à favela do Vidigal no Rio de Janeiro, retoma explicitamente o tema e a expressão “Igreja dos pobres”. A expressão é repetida 10 vezes no discurso que fez nessa comunidade.²⁴ É retomada por ele de modo formal e solene em sua Carta Encíclica *Redemptoris missio* sobre a validade permanente do mandato missionário em 1990: “A Igreja em todo o mundo – afirmei durante minha viagem ao Brasil – quer ser a Igreja dos pobres” (RM 60).²⁵ Em sua Carta Encíclica *Sollicitudo rei socialis* sobre a solicitude social, em 1987, tinha falado da “opção ou [do] amor preferencial pelos pobres” como um dos temas e uma das orientações “repetidamente ventilados pelo Magistério nos últimos tempos” (SRS 42).²⁶ Progressivamente a questão vai se impondo e sendo assumida pelo

J. Ressurreição da verdadeira Igreja: Os pobres, lugar teológico da eclesiologia. São Paulo: Loyola, 1982; SOBRINO, J. “La Iglesia de los pobres desde el recuerdo de monseñor Romero”. *Revista Latinoamericana de Teología* 86 (2012), pp. 135-155; BARREIRO, A. *Os pobres e o Reino: Do Evangelho a João Paulo II*. São Paulo: Loyola, 1983; BOFF, L. *E a Igreja se fez povo*. Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis: Vozes, 1991; COMBLIN, J. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002, pp. 88-114; AQUINO JÚNIOR, F. “Igreja dos pobres: sacramento do povo universal de Deus. Tópicos de uma eclesiologia macroecumênica da libertação”. In: TOMITA, L.; BARROS, M.; VIGIL, J. M. (Orgs.). *Pluralismo e Libertação*. Por uma Teologia Latino-americana Pluralista a partir da Fé Cristã. São Paulo: Loyola, 2005, pp. 193-214; AQUINO JÚNIOR, F. “Igreja dos pobres. Do Vaticano II a Medellín e aos dias atuais”. *REB* 288 (2012), pp. 807-830; AQUINO JÚNIOR, F. “Uma Igreja pobre e para os pobres”. In: AQUINO JÚNIOR, F. *Nas periferias do mundo: Fé – Igreja – Sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2017, pp. 51-77; CODINA, V. *Una Iglesia nazarena: Teología desde los insignificantes*. Santander: Sal Terrae, 2010; LENZ, M. M. “O Concílio Vaticano II: a presença da Igreja no mundo em espírito de serviço, em especial aos mais pobres”. *Revista Pistis & Práxis* 21 (2012), pp. 421-440; CARIAS, C. P. “Por uma Igreja pobre. Uma experiência eclesial vivida pelas CEBs”. *REB* 292 (2013), pp. 849-864; KUZMA, C. “Uma Igreja a partir do pobre. Interações teológicas e pastorais”. *REB* 304 (2016), pp. 844-860.

²³ CELAM. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2007. De ora em diante este documento será citado como Conferência de Aparecida.

²⁴ Cf. JOÃO PAULO II. “Visita à favela do Vidigal”. In: JOÃO PAULO II. *A palavra de João Paulo II no Brasil: Discursos e homilias*. São Paulo: Paulinas, 1980, pp. 59-67.

²⁵ JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Redemptoris Missio*. São Paulo: Paulinas, 1991. De ora em diante este documento será citado como RM.

²⁶ JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis*. São Paulo: Paulinas, 1990. De ora em diante este documento será citado como SRS.

magistério e pela teologia como dimensão constitutiva e essencial da fé cristã, formulada comumente em termos de “opção preferencial pelos pobres”.

Não seria exagero nem reducionismo afirmar que a insistência na centralidade dos pobres e marginalizados na revelação, na fé e na teologia cristãs é a marca ou característica mais determinante das teologias da libertação e seu aporte mais importante para o conjunto da Igreja. A questão tem sido repetidamente retomada e desenvolvida, seja em termos de “Igreja dos pobres”, seja em termos de “opção pelos pobres”, como expressões equivalentes ou correlatas. Expressões que remetem a um dado ou a uma verdade fundamental da fé. E nisso, precisamente, residem sua força e sua insuperabilidade.

Essa questão tem sido retomada com muita força e criatividade pelo papa Francisco. A tal ponto, que pode ser considerada como a característica ou a marca mais importante e determinante de seu ministério pastoral. Ela aparece formulada indistintamente em termos de “opção pelos pobres”, “Igreja pobre e para os pobres”, “periferias existenciais e sociais”, “misericórdia”, “cuidado dos pobres”, entre outras expressões. Aparece como algo central na revelação, na fé, na pastoral e na teologia. Chama atenção o uso da expressão “Igreja pobre e para os pobres” no contexto de suas perspectivas e orientações pastorais. Isso apareceu já no encontro com os jornalistas no dia 16 de março de 2013 ao explicar a escolha do nome Francisco. Reaparece em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, ao falar do “lugar privilegiado dos pobres no povo de Deus” (Cf. EG 198).²⁷ Tem provocado uma retomada da centralidade dos pobres, marginalizados e sofredores na Igreja, formulada de diversas formas e com diversas expressões: Igreja dos pobres, opção pelos pobres, compromisso com os pobres, caridade, misericórdia, Igreja em saída para as periferias. Mais que fixar-nos em uma expressão ou formulação determinada, importa insistir na realidade a que essas muitas expressões ou formulações apontam: a centralidade dos pobres, marginalizados e sofredores na revelação, na fé e na teologia. Isso é muito mais tradicional do que se pensa, mesmo que a experiência da Igreja nas últimas décadas, sobretudo na América Latina, tenha alargado seu horizonte de compreensão e realização. É algo constitutivo da Igreja, sem o qual a Igreja deixa de ser Igreja.

2.2. Um dado fundamental da revelação e da fé

O compromisso com os pobres não é algo absolutamente novo na vida

²⁷ FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013. De ora em diante este documento será citado como EG.

da Igreja. Não surgiu com o Concílio Vaticano II nem com a Conferência de Medellín e a teologia da libertação. Mesmo que não tenha sido sempre e em toda parte a preocupação central da Igreja, mesmo que tenha se dado muitas vezes de maneira ambígua e até contraditória e mesmo que tenha desempenhado papel secundário ou irrelevante na reflexão dogmática,²⁸ a preocupação com os pobres sempre foi um aspecto importante da vida da Igreja. Isso se deve, em última instância, à centralidade que os pobres, marginalizados e sofredores ocupam na revelação e na fé cristãs, como se pode verificar na Escritura e em toda a Tradição da Igreja.

2.2.1. *Escritura*

Se tem algo que não se pode negar nem ofuscar na *Sagrada Escritura*, é a centralidade dos pobres e marginalizados na história da salvação. Deus aparece (revelação) como *Go 'el* que resgata seus parentes da escravidão, como *Salvador* que liberta seu povo da escravidão e das garras do opressor, como *Rei* que faz justiça aos pobres e oprimidos, como *Pastor* que apascenta suas ovelhas e as protege dos lobos, como *Pai* que cuida de seus filhos e os socorre em suas necessidades. A relação com ele (fé) passa sempre pela observância e defesa do direito do pobre e marginalizado, pela proximidade ao caído à beira do caminho. Todas as imagens ou metáforas que a Escritura usa para falar da ação de Deus e da interação entre Deus e seu povo (*Go 'el*, *Salvador*, *Rei*, *Pastor*, *Pai*, etc.) revelam a centralidade dos pobres e marginalizados, expressos no quarteto “pobre-órfão-viúva-estrangeiro”. Tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento. De modo que a salvação dos pobres e marginalizados constitui o coração da história de Deus com seu povo.

Já no Antigo Testamento, Deus se revela libertando Israel da escravidão (Ex 3, 7ss; Dt 6, 20ss) e defendendo o pobre, o órfão, a viúva e o estrangeiro (Jt 9,11). A defesa e o cuidado dos pobres e marginalizados aparecem como exigência e como critério de fidelidade a Deus: seja através das regras e leis de

²⁸ O fato da “opção pelos pobres” não ter desempenhado papel relevante e determinante na reflexão dogmática clássica se deve, em boa medida, ao fato dessa reflexão ter sido desenvolvida segundo os cânones e os termos da metafísica greco-helenista: uma metafísica voltada para a essência permanente e imutável das coisas e pouco afeita à historicidade. Só na medida em que a teologia recupera, com o Concílio Vaticano II, a densidade teológica da *histórica da salvação* no povo de Israel e na vida/práxis de Jesus de Nazaré e passa a ser desenvolvida segundo *cânones e termos históricos*, recupera a centralidade e densidade teológico-dogmática dos pobres na teologia cristã e permite falar, em sentido estrito, da “opção pelos pobres” em termos dogmáticos.

proteção e socorro ao pobre, ao órfão, à viúva e ao estrangeiro; seja através dos profetas que denunciam a opressão e a injustiça dos reis e poderosos contra os pequenos, e insistem na incompatibilidade entre culto e injustiça; seja como um traço fundamental da oração e da sabedoria judaicas. Isso perpassa toda a Escritura hebraica. Como exemplo, basta recordar com o profeta Miqueias o que é bom e agradável a Deus: “praticar o direito, amar a misericórdia, caminhar humildemente com o seu Deus” (Mq 6, 8) e recordar com a tradição sapiencial a incompatibilidade entre culto e injustiça: “como quem imola o filho na presença do próprio pai, assim é aquele que oferece sacrifícios com os bens dos pobres. O pão dos indigentes é a vida dos pobres e quem tira a vida dos pobres é assassino. Mata o próximo quem lhes tira seus meios de vida e derrama sangue quem priva o operário de seu salário” (Eclo 34, 20-22).

O Novo Testamento não só conserva esse aspecto fundamental da tradição judaica, mas confere a ele ultimidade e definitividade, no contexto das expectativas e da chegada dos tempos messiânicos com Jesus Cristo e seu anúncio/realização do reinado de Deus. Basta recordar, aqui, duas parábolas que explicitam de modo inequívoco o caráter e a função escatológicos dos pobres e marginalizados, conhecidas como a parábola do bom samaritano (Lc 10, 25-37) e a parábola do juízo final (Mt 25, 31-46). No primeiro caso, está em jogo nada menos que a *vida eterna*: “que devo fazer para herdar a vida eterna”? No segundo caso, está em jogo nada menos que o *juízo das nações*: “Ele separará uns dos outros, como um pastor separa as ovelhas dos cabritos”: benditos X malditos. E o critério é muito claro: fazer-se “próximo” dos caídos à beira do caminho e agir com misericórdia com eles; o fazer ou não fazer pelos “menores” ou “pequeninos”. No fazer-se “próximo” dos caídos, no fazer ou não fazer pelos menores ou pequenos está em jogo, portanto, a “vida eterna”, a benção ou a maldição, o “Reino dos céus” ou “fogo eterno”.

2.2.2. Tradição

A mesma ideia perpassa toda a *Tradição* da Igreja,²⁹ como demonstrou Bento XVI na segunda parte de sua Carta Encíclica *Deus caritas est*, sendo

²⁹ Cf. ANDRADE, C. P.; FIGUEREDO, F. A. *Os padres da Igreja e a questão social*: Homilias de Basílio Magno, Gregório de Nissa, Gregório Nazianzo, João Crisóstomo. Petrópolis: Vozes, 1986; GONZÁLEZ FAUS, J. I. *Vigários de Cristo*: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs. Antologia comentada. São Paulo: Paulus, 1996; ANTONIAZZI, A.; MATOS, H. C. J. *Cristianismo*: 2000 anos de caminhada. São Paulo: Paulinas, 1996, pp. 73-96.

ênfâtizado particularmente pelos Padres nos primeiros séculos e ao longo da história por santos e profetas:

- São Gregório de Nissa (335-394): Os pobres

nos representam a pessoa do salvador. Assim é, porque o *Senhor, por sua bondade, lhes emprestou sua própria pessoa* a fim de que por ela comovam os duros de cora o e inimigos dos pobres [...]. Os pobres são os despenseiros dos bens que esperamos, os porteiros do reino dos céus, os que o abrem aos bons e o fecham aos maus e desumanos. Eles são, por sua vez, duros acusadores e excelentes defensores. E defendem ou acusam, não pelo que dizem, mas pelo mero fato de ser visto pelo Juiz. Tudo o que se fizer a eles grita com voz mais forte que dum arauto diante daquele que conhece os cora es;³⁰

- São João Crisóstomo (344-407):

Se quiserdes honrar deveras o corpo de Cristo, não consentais que esteja nu. Não o honreis aqui com vestes de seda, enquanto fora o deixais perecer de frio e nudez. Porque o mesmo que diz ‘este é o meu corpo’ é quem diz ‘me vistes faminto e não me destes de comer’ [...]. O que aproveita ao Senhor que sua mesa esteja cheia de vaso de ouro se ele se consome de fome? Ou lhe vais fazer um copo de ouro e depois não lhe dar um copo de  gua? E de que serve se cobres seu altar de panos recamados de ouro e a ele não buscas nem sequer o abrigo indispensável?;³¹

- São Francisco de Assis (1182-1226):

Foi assim que o Senhor me conduziu a mim, Frei Francisco, iniciar uma vida de penitência: como estivesse em pecado, parecia-me deveras insuportável olhar para leprosos. E o Senhor mesmo me conduziu entre eles e eu tive misericórdia com eles. E enquanto me retirava deles, justamente o que antes me parecia amargo se me converteu em doçura da alma e do corpo. E depois disso demorei são bem pouco e abandonei o mundo;³²

³⁰ GREGÓRIO DE NISSA. “Homilia sobre o amor aos pobres”. *Apud.* GONZÁLEZ FAUS, J. I. *Vigários de Cristo*, p. 23.

³¹ JOÃO CRISÓSTOMO. “Sobre 1 Cor.”. *Apud.* GONZÁLEZ FAUS, J. I. *Vigários de Cristo*, p. 32s.

³² FRANCISCO DE ASSIS. “Testamento”. In: FRANCISCO DE ASSIS. *Escritos e biografias de São Francisco de Assis*. Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 167.

- Santo Tomás de Aquino (1225-1274):

É lícito furtar por necessidade?: O que é de direito humano não pode derogar ao direito natural ou direito divino. Ora, pela ordem natural, instituída pela providência divina, as coisas inferiores são destinadas à satisfação das necessidades dos homens. Por isso, a divisão e apropriação das coisas, as quais resultam do direito humano, não impedem que, servindo-se delas, se satisfaça às necessidades dos homens. Portanto, os bens que alguns possuem em superabundância são devidos, em virtude do direito natural, ao sustento dos pobres. Daí o que Ambrósio diz e se acha nos Decretos: ‘É dos famintos o pão que tu deténs, as roupas que tu guardas são dos que estão nus, o resgate e a libertação dos miseráveis é o dinheiro que tu enterras no chão’. Ora, sendo muitos os que padecem necessidade nem se podendo com uma mesma coisa socorrer a todos, é à iniciativa de cada um que caberá dispensar os próprios bens para vir em auxílio aos necessitados. Contudo, se a necessidade é de tal modo evidente e urgente, que seja manifesto que se deva obviar à instante necessidade com os bens ao nosso alcance, quando por exemplo é iminente o perigo para a pessoa e não se pode salvá-la de outro modo, então alguém pode licitamente satisfazer à própria necessidade utilizando o bem de outrem, dele se apoderando manifesta ou ocultamente. E esse ato, em sua própria natureza, não é furto ou rapina;³³

- Frei Antônio de Montesinos (1475-1540):

Todos [espanhóis] estais em pecado mortal e nele viveis e morreis por causa da crueldade e tirania que usais com estas gentes inocentes. Com que direito e com que justiça tendes em tão cruel e horrível servidão estes índios? [...] Como os tendes oprimidos e fátigados sem lhes dar de comer nem curá-los em suas enfermidades em que incorrem pelos excessivos trabalhos que lhes dais e morrem, dizendo melhor, os matais, para tirar e adquirir ouro cada dia? [...] Eles não são homens? Não têm almas racionais? Não sois obrigados a amá-los como a vós mesmos? Não entendeis isto? Não percebeis isto? [...] Tende certeza que no estado em que estais não vos podeis salvar;³⁴

³³ TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica II*. São Paulo: Loyola, 2002, q. 66, a.7, respondo.

³⁴ LAS CASAS, B. “O Sermão de Montesinos”. *Apud*. MATOS, H. C. J. *Caminhando pela história de Igreja: Uma orientação para iniciantes*. Vol. II. Belo Horizonte: Lutador, 1995, pp. 111-112.

- São Vicente de Paula (1581-1660):

Os pobres são nossos mestres, são nossos reis, devemos obedecer-lhes, e não é exagerado chamá-los assim, porque Nosso Senhor está nos pobres; embora a oração seja extremamente necessária a uma Filha da Caridade, dir-vos-ei, contudo, que, sendo vossa principal função o serviço dos pobres, quando se trata de socorrê-los e haja receio de que a eles sobrevenha algum dano, se não forem prontamente atendidos, estareis obrigadas a deixar a oração. Mas ainda: se não houver outro tempo para atendê-los senão o da Missa, importa deixá-la, não só em dia comum, como também em dia de preceito [...], porque a assistência ao próximo foi prescrita por Deus mesmo e praticada por Nosso Senhor Jesus Cristo, enquanto a obrigação da Missa é uma determinação da Igreja; Ah, seria preciso vender-nos a nós mesmos para arrancar nossos irmãos da miséria;³⁵

- São Romero de América (1917-1980): Os pobres

são o povo crucificado, como Jesus, o povo perseguido como o servo de Javé. São eles os que completam em seu corpo o que falta à paixão de Cristo;³⁶ Há um critério para saber se Deus está perto ou distante de nós [...]: todo aquele que se preocupa com o faminto, com o desnudo, com o pobre, com o desaparecido, com o torturado, com o prisioneiro, com toda essa carne que sofre, está perto de Deus [...] O que fazes ao pobre, fazes a Deus e a maneira como vês o pobre, assim estás vendo a Deus. Deus quis se identificar de tal maneira com o pobre que os méritos de cada um e de uma civilização serão medidos pelo trato que tenhamos para com o necessitado e o pobre.³⁷

São apenas alguns indícios ou amostras da consciência da centralidade dos pobres e marginalizados na fé cristã ao longo da história da Igreja. Não é preciso multiplicar exemplos. O fato disso normalmente aparecer

³⁵ VICENTE DE PAULO. “Conferências às Filhas da Caridade”. *Apud.* MATOS, H. C. J. *Misericórdia: O coração pulsante do evangelho*. Belo Horizonte: Lutador, 2016, pp. 166-169.

³⁶ ROMERO, O. “La dimensión política de la fé desde la opción por los pobres”. In: CENTRO MONSEÑOR ROMERO. *Cartas Pastorales y Discursos de Monseñor Oscar A. Romero*. San Salvador: UCA, 2007, p. 188.

³⁷ ROMERO, O. “Quinto domingo del tiempo ordinário”. In: ROMERO, O. *Su pensamiento III*. San Salvador: UCA, 2000, p. 194s.

formulado em linguagem profético-sapiencial, homilético-pastoral ou até mesmo apocalíptica e não tanto em linguagem dogmática, de ser abordado e explicitado mais por pastores, santos e profetas que por teólogos sistemáticos, de aparecer mais ligado à vivência espiritual e à ação pastoral que à doutrina não diminui nem compromete seu valor dogmático. Pelo contrário, mostra o profundo enraizamento espiritual e pastoral dessa verdade de fé ou desse dogma de fé. Não por acaso, o tema perpassa toda a Tradição da Igreja e tem sido retomado e formulado nas últimas décadas em termos dogmáticos pelo magistério e pelos teólogos como um aspecto ou uma dimensão fundamental da fé e da teologia cristãs, concretamente como um aspecto ou uma dimensão fundamental da Igreja, isto é, como uma nota eclesiológica fundamental.

2.3. Uma nota eclesiológica fundamental

O Concílio Vaticano II inaugura e marca decisivamente o processo de explicitação do estatuto eclesiológico-dogmático dessa dimensão fundamental de fé. É verdade que isso não esteve no centro das preocupações do Concílio e que ocupa um lugar periférico nos debates e nos textos conciliares. Porém, é verdade também que esse problema emerge no Concílio não apenas como uma questão pastoral, mas também como uma questão dogmática constitutiva e determinante do mistério da Igreja. Isso já aparece claramente na intervenção do cardeal Lercaro de Bolonha na última semana da primeira sessão do Concílio, quando se discutia o projeto sobre a Igreja.³⁸

No dia 04 de dezembro de 1962, o cardeal belga Suenens fez uma intervenção que foi decisiva tanto para o projeto sobre a Igreja quanto para os rumos do Concílio em geral:

Antes de concluir esta primeira sessão, eu gostaria de propor aos padres conciliares, para sua atenta consideração, qual seria o objetivo primário deste concílio [...] convém que nos ponhamos de acordo sobre a elaboração de um plano de conjunto para o próprio concílio [...].Este plano, eu

³⁸ Cf. PHILIPS, M. *A Igreja e seu mistério no II Concílio do Vaticano: História, texto e comentário da Constituição Lumen Gentium*. Tomo I. São Paulo: Herder, 1968, pp. 9-18; ALBERIGO, G. *Breve História do Concílio Vaticano II*, pp. 60-65; RAUSCH, T. *Rumo a uma Igreja verdadeiramente católica*, pp. 29-33; CAMACHO, I. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 248ss.

proporia assim: que o concílio seja o concílio ‘sobre a igreja’ e tenha duas partes: *de Ecclesia ad intra* – *de Ecclesia ad extra*.³⁹

Essa proposta foi muito bem acolhida pelos padres conciliares, particularmente pelo cardeal Montini, arcebispo de Milão, em sua intervenção no dia 05 de dezembro: “O que é a igreja? O que faz a Igreja? Estes são os dois eixos em torno dos quais devem mover-se todos os temas do concílio. O mistério da Igreja e a missão que lhe foi confiada e que ela tem de realizar: eis aí o tema ao redor do qual deve girar o concílio”.⁴⁰ É neste contexto que se insere a famosa intervenção do cardeal Lercaro, a que nos referíamos há pouco, no dia 6 de dezembro.

Ele começa reforçando a tese de Suenens e de Montini de que a “finalidade deste Concílio” deve ser uma “doutrina sobre a Igreja capaz de ir até aos fundamentos, além dos traços de ordem jurídica”. Consta uma “lacuna” nos esquemas apresentados para a apreciação dos padres. Eles não levam em conta “o Mistério de Cristo nos pobres” e esta é uma verdade “essencial e primordial” na Revelação. Por isso, afirma:

concluindo esta primeira sessão de nosso Concílio, importa-nos reconhecer e proclamar solenemente: não realizaremos de maneira suficiente nossa tarefa, não receberemos com um espírito aberto o plano de Deus e a expectativa dos homens se não colocarmos, como centro e alma do trabalho doutrinal e legislativo deste Concílio, o mistério de Cristo nos pobres e a evangelização dos pobres.⁴¹

E continua:

Não satisfaremos às mais verdadeiras e profundas exigências de nosso tempo [...], mas nos furtaremos a elas, se tratarmos o tema da evangelização dos pobres como um dos numerosos temas do Concílio. Se, na verdade, a Igreja, como já se disse muitas vezes, é o tema deste Concílio, pode-se afirmar, em plena conformidade com a eterna verdade do Evangelho, e ao mesmo tempo em perfeito acordo com a conjuntura presente que: o tema deste Concílio é bem a Igreja enquanto ela é, sobretudo, ‘a Igreja dos pobres’.⁴²

³⁹ SUENENS, L. J. *Apud* CAMACHO, I. *Doutrina Social da Igreja*, p. 251.

⁴⁰ MONTINI, G. B. *Apud* CAMACHO, I. *Doutrina Social da Igreja*, p. 251.

⁴¹ LERCARO, G. *Apud*. GAUTHIER, P. *O Concílio e a Igreja dos pobres*, pp. 178-182.

⁴² LERCARO, G. *Apud*. GAUTHIER, P. *O Concílio e a Igreja dos pobres*, pp. 178-182.

Em vista disso, propõe alguns assuntos doutrinários a serem abordados e desenvolvidos e algumas reformas pastorais e institucionais. Conclui falando do “primado da evangelização dos pobres” como “método autêntico” de anúncio do Evangelho, de restauração da unidade dos cristãos e de resposta aos homens do nosso tempo.⁴³

Conforme indicamos acima, a propósito da expressão “Igreja dos pobres”, a questão da relação Igreja-pobres não se impôs como algo central e decisivo nem nos debates nem nos textos conciliares. Como diz Gustavo Gutiérrez, “estamos longe da proposta do cardeal Lercaro de fazer da questão da ‘Igreja dos pobres’ (expressão não retomada no Vaticano II) o tema central do Concílio”.⁴⁴ Em todo caso, o tema aparece formulado pelo cardeal Lercaro em termos dogmáticos como “uma verdade essencial e primordial da revelação”, como algo que diz respeito ao “plano de Deus” e que está “em plena conformidade com a eterna verdade do Evangelho”. É retomado, ainda que de passagem, no primeiro capítulo da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, ao tratar do “mistério da Igreja”, e no primeiro capítulo do Decreto *Ad gentes*, ao tratar dos princípios doutrinários da atividade missionária:

- Assim como Cristo consumou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a seguir o mesmo caminho a fim de comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo Jesus, ‘como subsistisse na condição de Deus, despojou-se a si mesmo, tomando a condição de servo’ (Fl 2,6) e por nossa causa ‘fez-se pobre embora fosse rico’ (2 Cor 8,9). Da mesma maneira a Igreja, embora necessite dos bens humanos para executar sua missão, não foi instituída para buscar a glória terrena, mas para proclamar, também pelo seu próprio exemplo, a humildade e a abnegação. Cristo foi enviado pelo Pai para ‘evangelizar os pobres, sanar os contritos de coração’ (Lc 4,18), ‘procurar e salvar o que tinha perecido’ (Lc 19,10). Semelhantemente a Igreja cerca de amor todos os afligidos pela fraqueza humana, reconhece mesmo nos pobres e sofredores a imagem de seu Fundador pobre e sofredor. Faz o possível para mitigar-lhes a pobreza e neles procura servir a Cristo (LG 8).

- Jesus Cristo foi enviado ao mundo como verdadeiro mediador entre Deus e os homens [...] Ele que era rico tornou-se pobre por nós para que por sua pobreza nos enriquecêssemos. O Filho não veio para ser servido, mas

⁴³ LERCARO, G. *Apud*. GAUTHIER, P. *O Concílio e a Igreja dos pobres*, pp. 178-182.

⁴⁴ GUTIÉRREZ, G. “O Concílio Vaticano II na América Latina”, p. 33.

para servir e dar a vida em redenção por muitos, isto é, por todos. Os santos padres proclamaram constantemente que não foi sanado o que não foi assumido por Cristo. Ora, Ele assumiu toda a natureza humana tal qual se encontra em nós, míseros e pobres, exceto o pecado. Cristo, santificado pelo Pai e por ele enviado ao mundo (cf. Jo 10,36), disse de si mesmo: ‘O Espírito do Senhor está sobre mim, eis porque me ungiu, enviou-me a evangelizar os pobres, curar os contritos de coração, pregar aos cativos a libertação e aos cegos restituir a vista’ (Lc 4,18); e outra vez: ‘Veio o Filho do Homem procurar e salvar o que se perdera’ (Lc 19,10). E aquilo que o Senhor uma vez pregou e n’Ele se realizou, pela salvação do gênero humano, deve ser proclamado e disseminado até os confins da terra, a começar por Jerusalém. Pois o que uma vez foi realizado pela salvação de todos deve pelo tempo a fora alcançar seu efeitos em todos (AG 3).

Essas intuições e esses esboços serão assumidos e desenvolvidos de modo particular pela Igreja da América Latina através das conferências do CELAM – Medellín, sobretudo – e da teologia da libertação. A partir daí, vão se impondo e sendo assumidos em alguma medida pelo magistério e pela teologia do conjunto da Igreja.

No que diz respeito ao magistério da Igreja, basta recordar que a “opção preferencial pelos pobres” tem sido constantemente afirmada e confirmada por bispos, por conferências episcopais e pelos bispos de Roma como algo essencial e fundamental na fé cristã. Na Carta Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, 1987, João Paulo II fala da “opção ou [do] amor preferencial pelos pobres” como um dos *temas* e uma das *orientações* “repetidamente ventilados pelo Magistério nestes últimos anos” (SRS, 42). Na Carta Encíclica *Deus caritas est*, 2005,⁴⁵ Bento XVI fala da caridade como um dos “âmbitos essenciais” da Igreja. Ela “pertence tanto à sua essência como o serviço dos sacramentos e o anúncio do Evangelho” (DCE, 22). E no discurso inaugural da Conferência de Aparecida afirma que “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza (cf. 2 Cor 8,9)”⁴⁶. Francisco afirma na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* que “no coração de Deus, ocupam lugar preferencial os pobres” (EG 197), que “esta preferência divina tem

⁴⁵ BENTO XVI. *Deus caritas est*. São Paulo: Paulinas, 2005. De ora em diante este documento será citado como DCE.

⁴⁶ BENTO XVI. “Discurso inaugural”. In: CELAM. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2007, p. 255.

consequências na vida de fé de todos os cristãos” e que, “inspirada por tal preferência, a Igreja fez uma *opção pelos pobres*, entendida como uma ‘forma especial de primado da prática da caridade cristã, testemunhada por toda a tradição da Igreja’” (EG 198).

Referindo-se explicitamente à Igreja, João Paulo II chega a afirmar em sua Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* que, “se verdadeiramente partimos da contemplação de Cristo, devemos saber vê-lo, sobretudo, no rosto daqueles com quem ele mesmo se quis identificar” e que Mt 25, 31-46 “não é um mero convite à caridade, mas uma página de cristologia que projeta um feixe de luz sobre o mistério de Cristo. Nesta página, não menos do que faz com a vertente da ortodoxia, a Igreja mede sua fidelidade de esposa de Cristo” (NMI 49).⁴⁷ E Francisco, em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, recorda que o “critério-chave de autenticidade” eclesial indicado a Paulo pelos Apóstolos em Jerusalém – não esquecer os pobres (Gl 2, 10) – “tem uma grande atualidade no contexto atual em que tende a desenvolver-se um novo paganismo individualista” (EG 195).

No que diz respeito à teologia, desde o Concílio Vaticano II foi se tornando cada vez mais comum e hegemônico pensar a Igreja em referência a Jesus Cristo a partir e em função da salvação ou do reinado de Deus. Isso se pode constatar já na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobretudo em seu primeiro capítulo que trata do “mistério da Igreja”.⁴⁸ E se pode constatar em muitos tratados ou estudos histórico-sistemáticos pós-conciliares sobre a Igreja.⁴⁹ E essa referência constitutiva e essencial da Igreja à salvação ou ao reinado de Deus permitiu redescobrir sua referência “essencial e primordial” aos pobres, para usar a formulação do cardeal Lercaro.

⁴⁷ JOÃO PAULO II. *Carta Apostólica Novo Millennio Ineunte*. São Paulo: Paulinas, 2002. De ora em diante este documento será citado como NMI.

⁴⁸ Cf. PHILIPS, M. *A Igreja e seu mistério no II Concílio do Vaticano*, pp. 75-144.

⁴⁹ Cf. SEMMELROTH, O. “A Igreja como sacramento da salvação”. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. *Mysterium salutis IV/2*. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 81-122; MOLTMANN, J. *A Igreja no poder do Espírito*. Santo André: Academia Cristã, 2013; CODINA, V. *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*, pp. 164-184; VELASCO, R. *A Igreja de Jesus*, pp. 227-443; HAIGHT, R. *A comunidade cristã na história*, pp. 434-462; KEHL, M. *A Igreja*, pp. 59-96; PIÉ-NINOT, S. *Introdução à eclesiologia*, pp. 27-51; KASPER, W. *A Igreja católica*, pp. 98-165; PANNENBERG, W. *Teologia Sistemática*. Vol. 3. Santo André – São Paulo: Academia Cristã – Paulus, 2009, pp. 25-145; FUELLENBACH, J. *Igreja: Comunidade para o Reino*. São Paulo: Paulinas, 2006; ALMEIDA, A. J. *Sois um em Cristo*. São Paulo: Paulinas, 2012.

De fato, os estudos bíblicos⁵⁰ e cristológicos⁵¹ das últimas décadas têm mostrado de modo cada vez mais consensual que não se pode falar de Jesus Cristo senão a partir e em função do reinado de Deus e que no centro do reinado de Deus está a justiça aos pobres e marginalizados, isto é, a garantia e a defesa de seus direitos. Joachim Jeremias, por exemplo, afirma que “o tema central da proclamação pública de Jesus foi o reinado de Deus”⁵² e que “seu traço decisivo” consiste na “oferta de salvação feita por Jesus aos pobres”.⁵³ E Jacques Dupont, na mesma direção, afirma que nos evangelhos “os pobres são vistos como os beneficiários privilegiados do Reino de Deus”⁵⁴ e que esse privilégio “deve ser procurado, não por uma análise gratuita da psicologia dos próprios pobres, mas no conteúdo

⁵⁰ Cf. BORNKAMM, G. *Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1976, pp. 60-90; SCHNACKENBURG, R. *Reino y reinado de Dios*. Estudio bíblico-teológico. Madrid: Faz, 1974; SCHNACKENBURG, R. “Reino de Deus”. In: BAUER, J. B. *Dicionário de teologia bíblica*. Volume II. São Paulo: Loyola, 1988, pp. 947-964; JEREMIAS, J. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2008, pp. 159-193; KÜMMEL, W. G. *Síntese teológica do Novo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal, 1983, pp. 21-108; FABRIS, R. *Jesus de Nazaré: história e interpretação*. São Paulo: Loyola, 1988, pp. 89-179; MATEOS, J. *A utopia de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1994; GNILKA, J. *Jesus de Nazaré: mensagem e história*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 83-153; VANONI, G.; HEININGER, B. *Das Reich Gottes*. Würzburg: Echter, 2002; LÉON-DUFOUR, X. *Agir segundo o Evangelho*. Palavra de Deus. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 23-54; PETERSEN, C. *Die Botschaft Jesu vom Reich Gottes*. Aufruf zum Neubeginn. Stuttgart: Kreuz, 2005; MALINA, B. J. *O evangelho social de Jesus: o reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. São Paulo: Paulus, 2004; PAGOLA, J. A. *Jesus: Aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2011; LOHFINK, G. *Jesus de Nazaré: O que Ele queria? Quem Ele era*. Petrópolis: Vozes, 2015.

⁵¹ Cf. PANNENBERG, W. *Theologie und Reich Gottes*. Gütersloh: Gerd Mohn, 1971; BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis: Vozes, 1991, pp. 38-59; SCHILLEBEECKX, E. *Jesus: história de um vivente*. São Paulo: Paulus, 2008, pp. 99-263; GONZÁLEZ FAUS, J. I. *Acesso a Jesus: ensaio de teologia narrativa*. São Paulo, Loyola, 1981, pp. 34-46; KASPER, W. *Der Gott Jesu Christi*. Mainz: Grünwald, 1982, pp. 205-216; RAHNER, K. *Curso Fundamental da Fé*. São Paulo: Paulus, 1989, pp. 297-302; KESSLER, H. “Cristologia”. In: SCHNEIDER, T. *Manual de Dogmática I*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 242-247; SEGUNDO, J. L. *A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré*. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 142-262; SOBRINO, J. *Jesus, o Libertador: a história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996, pp. 103-201; MOLTMANN, J. *O Caminho de Jesus Cristo*. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 137-164; MOLTMANN, J. *Quem é Jesus Cristo para nós hoje?* Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 11-32; FERRARO, B. *Cristologia*. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 77-96; RATZINGER, J. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007, pp. 57-70.

⁵² JEREMIAS, J. *Teologia do Novo Testamento*, p. 160.

⁵³ JEREMIAS, J. *Teologia do Novo Testamento*, p. 176.

⁵⁴ DUPONT, J. “Os pobres e a pobreza segundo os ensinamentos do Evangelho e dos Atos dos Apóstolos”. In: DUPONT, J.; GEORGE, A. *A pobreza evangélica*. São Paulo: Paulinas, 1976, p. 37.

da boa-nova que lhe é anunciada”.⁵⁵ A Boa Notícia do reinado de Deus só pode ser compreendida em referência ao “ideal régio” do antigo Oriente Próximo, no qual “o rei, por sua própria missão, é o defensor daqueles que não são capazes de se defender por si mesmos”; “ele é o protetor do pobre, da viúva, do órfão e do oprimido”.⁵⁶ Neste sentido, diz Dupont, “poder-se-á compreender perfeitamente que o anúncio do advento do Reino de Deus constitui uma boa-nova, precisamente para os pobres e para os desgraçados. Eles devem ser os beneficiados do Reino”.⁵⁷

Ora, na medida em que a Igreja é a comunidade dos seguidores e seguidoras de Jesus Cristo e na medida em que no centro da vida e missão de Jesus Cristo está o reinado de Deus, cuja característica mais central e decisiva é a garantia dos direitos dos pobres e marginalizados, a Igreja se constitui como “Igreja dos pobres”, para usar a expressão do papa João XXIII. O ser “dos pobres” aparece, aqui, como um aspecto “essencial e primordial” do “mistério de Cristo na Igreja” (Cardeal Lercado),⁵⁸ um dos “traços” essenciais da Igreja (Marie-Dominique Chenu),⁵⁹ “uma nota constitutiva e configurativa de toda a Igreja” (Ignacio Ellacuría),⁶⁰ uma dimensão “essencial da ‘verdade’ da Igreja” (Álvaro Barreiro).⁶¹ Trata-se, portanto, de uma questão dogmática, de uma verdade fundamental da revelação e da fé cristãs, de uma questão de ortopraxis eclesial e de ortodoxia teológica.⁶² E é neste sentido, precisamente, que falamos do “ser dos pobres” como uma *característica* ou *propriedade* ou *dimensão* ou *nota* fundamental da Igreja de Jesus Cristo: A Igreja que é e deve ser sempre mais “una, santa, católica e apostólica” (Concílio de Constantinopla em 381) é e deve ser sempre mais “dos pobres” (João XXIII). Essa nota é tão essencial e fundamental na Igreja

⁵⁵ DUPONT, J. “Os pobres e a pobreza segundo os ensinamentos do Evangelho e dos Atos dos Apóstolos”, p. 51.

⁵⁶ DUPONT, J. “Os pobres e a pobreza segundo os ensinamentos do Evangelho e dos Atos dos Apóstolos”, p. 53.

⁵⁷ DUPONT, J. “Os pobres e a pobreza segundo os ensinamentos do Evangelho e dos Atos dos Apóstolos”, p. 54.

⁵⁸ LERCARO, G. *Apud*. GAUTHIER, P. *O Concílio e a Igreja dos pobres*, p. 179.

⁵⁹ CHENU, M. D. “A Igreja dos pobres no Vaticano II”, p. 61.

⁶⁰ ELLACURÍA, I. “Pobres”. In: ELLACURIA, I. *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, p. 189.

⁶¹ BARREIRO, A. *Os pobres e o Reino*, p. 154.

⁶² Cf. AQUINO JÚNIOR, F. “Igreja dos pobres: sacramento do povo universal de Deus. Tópicos de uma eclesiologia macroecumênica da libertação”, p. 210.

quanto as demais e é tão antiga quanto elas, ainda que sua formulação em termos dogmáticos seja recente.

Aos poucos e em proporção e intensidade diversas, os estudos sistemáticos sobre a Igreja vão assumindo e integrando esse aspecto fundamental do mistério da Igreja e explicitando sua densidade teológico-dogmática: As abordagens históricas desenvolvendo a partir da América Latina um capítulo intitulado “Igreja dos pobres” ou Igreja da libertação;⁶³ e as abordagens sistemáticas tratando a “opção pelos pobres” como uma dimensão constitutiva e essencial da Igreja,⁶⁴ a ponto de determinar e configurar, inclusive, as clássicas “notas eclesiológicas”.⁶⁵

Certamente, o ser *dos pobres* não esgota a realidade da Igreja. Afinal, a Igreja que é *dos pobres* é também e sempre *una, santa, católica e apostólica*, para usar a formulação do símbolo Niceno-constantinopolitano. Porém, essa é uma de suas notas constitutivas e essenciais. Sem ela, a Igreja deixa de ser Igreja de Jesus Cristo – seu corpo vivo e atuante na história. “Justamente porque a ‘opção’ preferencial pelos pobres’ pertence ao coração mesmo do Evangelho de Jesus Cristo, quando um ‘cristão’ [ou uma comunidade] não assume conscientemente na sua vida, procurando vivê-la com maior fidelidade, e mais ainda quando de fato se opõe a ela, quaisquer que sejam as razões aduzidas, ele [ela] deixa *ipso facto* de ser cristão, pois coloca-se em contradição frontal com o Evangelho do Reino proclamado por Jesus e com a mesma pessoa de Jesus que é, na expressão de Orígenes, a *autobasileia*, o Reino em pessoa”.⁶⁶

Conclusão

Falar de “Igreja dos pobres” é falar de um aspecto ou de uma dimensão essencial da revelação e da fé cristãs, enquanto determinante

⁶³ Cf. CODINA, V. *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*, pp. 185-213; VELASCO, R. *A Igreja de Jesus*, pp. 422-443; WIEDENHOFER, S. “Eclesiologia”. In: SCHNEIDER, T. *Manual de Dogmática*. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 85; HAIGHT, R. *A comunidade cristã na história: Eclesiologia comparada*, pp. 462-474.

⁶⁴ Cf. MOLTSMANN, J. *A Igreja no poder do Espírito*, pp. 114-116, 170-175; KEHL, M. *A Igreja*, pp. 36s, 80-82, 200-202, 219-224; PIÉ-NINOT, S. *Introdução à eclesiologia*, p. 103s; KASPER, W. *A Igreja católica*, pp. 43s, 125s; ALMEIDA, A. J. *Sois um em Cristo*, pp. 140-146, 178-180; FRANÇA MIRANDA, M. “A Igreja como Povo de Deus”. In: FRANÇA MIRANDA, M. *A Igreja que somos nós*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 30ss.

⁶⁵ Cf. MOLTSMANN, J. *A Igreja no poder do Espírito*, pp. 423-452; SOBRINO, J. “A Igreja dos pobres, ressurreição da verdadeira Igreja”. In: SOBRINO, J. *Ressurreição da verdadeira Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982, pp. 93-133.

⁶⁶ BARREIRO, Á. *Os pobres e o Reino*, p. 8s.

do mistério da Igreja. É falar de uma verdade fundamental da fé. É falar de uma questão dogmática no sentido mais autêntico e forte da palavra. E, aqui, precisamente, residem a força e a autoridade teológico-dogmática da insistência de Francisco na centralidade dos pobres, marginalizados e sofredores na Igreja, o que nos leva a falar da “Igreja dos pobres” como uma “nota eclesiológica fundamental”.

Importa dar-se conta de que essa insistência de Francisco não consiste em nem conduz a um desvio teológico na Igreja. Pelo contrário. Consiste em e conduz a uma volta ao essencial da revelação e da fé e, por isso mesmo, atualiza com vigor e frescor a *Alegria do Evangelho* na Igreja e no mundo. É bom recordar que todas as grandes e autênticas reformas na Igreja consistiram sempre, em grande medida, numa volta aos pobres e marginalizados. É que, se a razão de ser de uma reforma na Igreja é sua maior fidelidade ao Evangelho e se o Evangelho é sempre e antes de tudo boa notícia para os pobres, toda autêntica reforma na Igreja será sempre, de alguma forma e em alguma medida, uma volta aos pobres e marginalizados deste mundo.

Referências bibliográficas

- ALBERIGO, G. *Breve história do Concílio Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2006.
- ALMEIDA, A. J. *Sois um em Cristo*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- ANDRADE, C. P.; FIGUEREDO, F. A. *Os padres da Igreja e a questão social: Homilias de Basílio Magno, Gregório de Nissa, Gregório Nazianzo, João Crisóstomo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ANTONIAZZI, A.; MATOS, H. C. J. *Cristianismo: 2000 anos de caminhada*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- AQUINO JÚNIOR, F. “Igreja dos pobres. Do Vaticano II a Medellín e aos dias atuais”. *REB* 288 (2012), pp. 807-830.
- AQUINO JÚNIOR, F. “Igreja dos pobres: sacramento do povo universal de Deus. Tópicos de uma eclesiologia macroecumênica da libertação”. In: TOMITA, L.; BARROS, M.; VIGIL, J. M. (Orgs.). *Pluralismo e Libertação*. Por uma Teologia Latino-americana Pluralista a partir da Fé Cristã. São Paulo: Loyola, 2005, pp. 193-214.
- AQUINO JÚNIOR, F. “Uma Igreja pobre e para os pobres”. In: AQUINO

- JÚNIOR, F. *Nas periferias do mundo: Fé – Igreja – Sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2017, pp. 51-77.
- BARREIRO, A. *Os pobres e o Reino: Do Evangelho a João Paulo II*. São Paulo: Loyola, 1983.
- BARREIRO, A. “*Povo santo e pecador*”: A Igreja questionada e acreditada. São Paulo: Loyola, 1994.
- BENTO XVI. *Deus caritas est*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- BENTO XVI. “Discurso inaugural”. In: CELAM. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2007, pp. 249-266.
- BEOZZO, J. O. *Pacto das Catacumbas: Por uma Igreja servidora e pobre*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- BEOZZO, J. O. “Presença e atuação dos bispos brasileiros no Vaticano II”. In: LOPES GONÇALVES, P. S.; BOMBONATTO, V. I. (Orgs). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 117-162.
- BOFF, L. *E a Igreja se fez povo*. Eclesilogênese: A Igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BOFF, L. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BORNKAMM, G. *Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- CAMACHO, I. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995.
- CARIAS, C. P. “Por uma Igreja pobre. Uma experiência eclesial vivida pelas CEBs”. *REB* 292 (2013), pp. 849-864.
- CELAM. *Conclusões da Conferência de Puebla: Texto Oficial*. São Paulo: Paulinas, 1979.
- CELAM. *Conclusões de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- CELAM. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2007.
- CHENU, M. D. “A Igreja e os pobres no Vaticano II”. *Concilium* 124 (1977), pp. 61-66.
- CODINA, V. *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- CODINA, V. *Una Iglesia nazarena: Teología desde los insignificantes*. Santander: Sal Terrae, 2010.



- COMBLIN, J. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.
- CONGAR, Y. *Jalons pour une théologie du laicat*. Paris: Cerf, 1953.
- CONGAR, Y.; RASSANO, P. “As propriedades essenciais da Igreja”. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (Orgs.) *Mysterium salutis IV/3*. Petrópolis: Vozes, 1976, pp. 5-212.
- DENZINGER, H.; HÜNERMANN, P. *El magisterio de la Iglesia: Enchiridion symbolorum definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*. Barcelona: Herder, 2000.
- DUPONT, J. “Os pobres e a pobreza segundo os ensinamentos do Evangelho e dos Atos dos Apóstolos”. In: DUPONT, J.; GEORGE, A. *A pobreza evangélica*. São Paulo: Paulinas, 1976, pp. 37-66.
- ELLACURIA, I. “El auténtico lugar social de la Iglesia”. In: ELLACURIA, I. *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, pp. 439-451.
- ELLACURIA, I. “Las bienaventuranzas, carta fundacional de la Iglesia de los pobres”. In: ELLACURIA, I. *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, pp. 417-437.
- ELLACURIA, I. “La Iglesia de los pobres, sacramento histórico de liberación”. In: ELLACURIA, I. *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, pp. 453-485.
- ELLACURIA, I. “Notas teológicas sobre religiosidad popular”. In: ELLACURIA, I. *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, pp. 487-498.
- ELLACURÍA, I. “Pobres”. In: ELLACURIA, I. *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, pp. 171-192.
- FABRIS, R. *Jesus de Nazaré: história e interpretação*. São Paulo: Loyola, 1988.
- FERRARO, B. *Cristologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FRANÇA MIRANDA, M. “A Igreja como Povo de Deus”. In: FRANÇA MIRANDA, M. *A Igreja que somos nós*. São Paulo: Paulinas, 2013, pp. 23-40.
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FRANCISCO DE ASSIS. “Testamento”. In: FRANCISCO DE ASSIS. *Escritos*

- e biografias de São Francisco de Assis. Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 167.*
- FRIES, H. “Modificação e evolução histórico-dogmática da imagem da Igreja”. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. *Mysterium salutis IV/2*. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 5-59.
- FUELLENBACH, J. *Igreja: Comunidade para o Reino*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- GAUTHIER, P. *O Concílio e a Igreja dos pobres: “Consolai meu povo”*. Petrópolis: Vozes, 1967.
- GAUTHIER, P. *O Evangelho da justiça*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- GNILKA, J. *Jesus de Nazaré: mensagem e história*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GONZÁLEZ FAUS, J. I. *Acesso a Jesus: ensaio de teologia narrativa*. São Paulo, Loyola, 1981.
- GONZÁLEZ FAUS, J. I. *Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs. Antologia comentada*. São Paulo: Paulus, 1996.
- GUTIÉRREZ, G. “O Concílio Vaticano II na América Latina”. In: BEOZZO, J. O. (Org.). *O Vaticano II e a Igreja Latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1985, pp. 17-49.
- HAIGHT, R. *A comunidade cristã na histórica: Ecclesiologia histórica*. Vol. 1. São Paulo: Paulinas, 2012.
- HAIGHT, R. *A comunidade cristã na história: Ecclesiologia comparada*. Vol. 2. São Paulo: Paulinas, 2012.
- JEREMIAS, J. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2008.
- JOÃO PAULO II. *Carta Apostólica Novo Millenio Ineunte*. São Paulo: Paulinas, 2002.
- JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Redemptoris Missio*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- JOÃO PAULO II. “Visita à favela do Vidigal”. In: PAPA JOÃO PAULO II. *A palavra de João Paulo II no Brasil: Discursos e homilias*. São Paulo: Paulinas, 1980, pp. 59-67.

- JOÃO XXIII. “Mensagem radiofônica a todos os fiéis católicos, a um mês da abertura do Concílio”. In: VATICANO II. *Mensagens, discursos e documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007, pp. 20-26.
- KASPER, W. *A Igreja católica: Essência, realidade, missão*. São Leopoldo: UNISINOS, 2012.
- KASPER, W. *Der Gott Jesu Christi*. Mainz: Grünwald, 1982.
- KEHL, M. *A Igreja: Uma eclesiologia católica*. São Paulo: Loyola, 1997.
- KESSLER, H. “Cristologia”. In: SCHNEIDER, T. *Manual de Dogmática I*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 219-400.
- KÜMMEL, W. G. *Síntese teológica do Novo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal, 1983.
- KUZMA, C. “Uma Igreja a partir do pobre. Interpelações teológicas e pastorais”. *REB* 304 (2016), pp. 844-860.
- LENZ, M. M. “O Concílio Vaticano II: a presença da Igreja no mundo em espírito de serviço, em especial aos mais pobres”. *Revista Pistis & Práxis* 21 (2012), pp. 421-440.
- LÉON-DUFOUR, X. *Agir segundo o Evangelho*. Palavra de Deus. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LOHFINK, G. *Jesus de Nazaré: O que Ele queria? Quem Ele era*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MALINA, B. J. *O evangelho social de Jesus: o reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. São Paulo: Paulus, 2004.
- MATEOS, J. *A utopia de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1994.
- MATOS, H. C. J. *Caminhando pela história de Igreja: Uma orientação para iniciantes*. Vol. II. Belo Horizonte: Lutador, 1995.
- MATOS, H. C. J. *Misericórdia: O coração pulsante do evangelho*. Belo Horizonte: Lutador, 2016.
- MOLTMANN, J. *A Igreja no poder do Espírito*. Santo André: Academia Cristã, 2013.
- MOLTMANN, J. *O Caminho de Jesus Cristo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MOLTMANN, J. *Quem é Jesus Cristo para nós hoje?* Petrópolis: Vozes, 1997.
- PAGOLA, J. A. *Jesus: Aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2011.

- PANNENBERG, W. *Teologia Sistemática*. Vol. 3. Santo André – São Paulo: Academia Cristã – Paulus, 2009.
- PANNENBERG, W. *Theologie und Reich Gottes*. Gütersloh: Gerd Mohn, 1971.
- PELLETIER, D. “Une marginalité engagée: Le groupe ‘Jésus, l’Église et les pauvres’”. In: LAMBERIGTS, M.; SOETENS, Cl.; GROOTAERS (Éds.). *Les commissions conciliaires à Vatican II*. Leuven: Bibliotheek van de Faculteit Godgeleerdheid, 1996, pp. 63-89.
- PETERSEN, C. *Die Botschaft Jesu vom Reich Gottes*. Aufruf zum Neubeginn. Stuttgart: Kreuz, 2005.
- PHILIPS, M. *A Igreja e seu mistério no II Concílio do Vaticano: História, texto e comentário da Constituição Lumen Gentium*. Tomo I. São Paulo: Herder, 1968.
- PIÉ-NINOT, S. *Introdução à eclesiologia*. São Paulo: Loyola, 1998.
- RAHNER, K. *Curso Fundamental da Fé*. São Paulo: Paulus, 1989.
- RATZINGER, J. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007.
- RAUSCH, T. *Rumo a uma Igreja verdadeiramente católica*. São Paulo: Loyola, 2008.
- ROMERO, O. “La dimensión política de la fé desde la opción por los pobres”. In: CENTRO MONSEÑOR ROMERO. *Cartas Pastorales y Discursos de Monseñor Oscar A. Romero*. San Salvador: UCA, 2007, pp. 179-192.
- ROMERO, O. “Quinto domingo del tiempo ordinário”. In: ROMERO, O. *Su pensamiento III*. San Salvador: UCA, 2000, pp. 185-197.
- SCHILLEBEECKX, E. *Jesus: história de um vivente*. São Paulo: Paulus, 2008.
- SCHNACKENBURG, R. “Reino de Deus”. In: BAUER, J. B. *Dicionário de teologia bíblica*. Volume II. São Paulo: Loyola, 1988, pp. 947-964.
- SCHNACKENBURG, R. *Reino y reinado de Dios*. Estudio bíblico-teológico. Madrid: Faz, 1974.
- SEGUNDO, J. L. *A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré*. São Paulo: Paulus, 1997.
- SEMMELOTH, O. “A Igreja como sacramento da salvação”. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. *Mysterium salutis IV/2*. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 81-122.

- SOBRINO, J. “A Igreja dos pobres, ressurreição da verdadeira Igreja”. In: SOBRINO, J. *Ressurreição da verdadeira Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982, pp. 93-133.
- SOBRINO, J. *Jesus, o Libertador: a história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SOBRINO, J. “La Iglesia de los pobres desde el recuerdo de monseñor Romero”. *Revista Latinoamericana de Teología* 86 (2012), pp. 135-155.
- SOBRINO, J. *Ressurreição da verdadeira Igreja: Os pobres, lugar teológico da eclesiologia*. São Paulo: Loyola, 1982.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica II*. São Paulo: Loyola, 2002.
- VANONI, G.; HEININGER, B. *Das Reich Gottes*. Würzburg: Echter, 2002.
- VATICANO II. *Mensagens, discursos, documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- VELASCO, R. *A Igreja de Jesus: Processo histórico da consciência eclesial*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- VIGIL, J. M. *Vivendo o Concílio*. Guia para a animação conciliar da comunidade cristã. São Paulo: Paulinas, 1987.
- WIEDENHOFER, S. “Eclesiologia”. In: SCHNEIDER, T. *Manual de Dogmática*. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 50-142.

Francisco de Aquino Júnior

Doutor em Teologia pela Westfälische Wilhelms-Universität de Münster
(Alemanha)

Professor de Teologia na Faculdade Católica de Fortaleza (FCF)

Professor na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Limoeiro do Norte / CE – Brasil

E-mail: axejun@yahoo.com.br

Recebido em: 01/10/17

Aprovado em: 17/04/18